

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

EXAME DE ORDEM OAB/MG - 1ª ETAPA - 23.03.97
PROVA OBJETIVA - MÚLTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL

01) O ato jurídico é **anulável** e não nulo:

(assinale a opção **correta**)

- a. () por arrependimento do agente;
- b. () por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- c. () quando praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- d. () quando o seu objeto for ilícito.

02) Exclui a responsabilidade civil:

(assinale a opção **correta**)

- a. () o seguro de acidentes pessoais;
- b. () a ignorância da lei;
- c. () prestar socorro à vítima;
- d. () a ausência de nexo de causalidade.

03) É fundamento para o desfazimento da locação residencial, **exceto**:

- a. () A realização de reparações urgentes determinadas pelo poder público que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel, ou podendo, ele se recuse a consentí-las.
- b. () A morte do locatário, que residia com seus filhos no imóvel.
- c. () A prática de infração contratual ou legal.
- d. () O mútuo acordo.

04) Adquire-se propriedade imóvel, **exceto**:

- a. () pelo direito hereditário;
- b. () pelo direito consuetudinário;
- c. () pela acessão;
- d. () pela transcrição no título de transferência no registro de imóveis.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

05) Nas afirmativas abaixo marque a que for **incorreta**:

- a. () Somente após dois anos de casamento é que se pode requerer separação judicial por mútuo consentimento.
- b. () Somente após dois anos de separação de fato é que se pode requerer o divórcio direto.
- c. () Desde que haja motivação legal, o pedido de separação judicial litigiosa independe de prazo para ser requerido.
- d. () A conversão da separação judicial em divórcio somente pode ser requerida após dois anos da sentença que homologou ou decretou a separação dos cônjuges.

PROCESSO CIVIL

06) Contra o ato de deferimento de tutela antecipada, o recurso cabível é:
(assinale a opção **correta**)

- a. () apelação;
- b. () agravo;
- c. () embargos Infringentes;
- d. () nenhum dos recursos supra-citados.

07) Inexistindo prazo assinado pelo juiz ou preceito legal, incumbe à parte a prática do ato processual a seu cargo:
(assinale a opção **correta**)

- a. () no prazo em que lhe for possível fazê-lo;
- b. () no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- c. () no prazo de 05 (cinco) dias;
- d. () no prazo de 10 (dez) dias.

08) Não faz coisa julgada material a sentença proferida:
(assinale a opção **correta**)

- a. () nas ações que versem sobre o estado das pessoas;
- b. () nas ações de divisão;
- c. () nas ações de alimentos;
- d. () nas ações declaratórias.

09) Em caso de indeferimento da petição inicial, por inépcia, é **correto** afirmar:

- a. () Trata-se de decisão que não comporta recurso.
- b. () Trata-se de decisão que desafia recurso de agravo.
- c. () Trata-se de decisão que desafia recurso de apelação e, nesse caso, pode o próprio juiz reformar sua decisão.
- d. () O Autor fica impedido de propor novamente a ação.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

10) Assinale a frase **incorreta**:

- a. () No procedimento sumário não é lícito, em contestação, formular pedido em seu favor fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- b. () No procedimento sumário não é admissível denunciação da lide.
- c. () No procedimento sumário é cabível o julgamento antecipado da lide.
- d. () Não é de procedimento sumário a ação reivindicatória de imóvel de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.

DIREITO COMERCIAL

11) Não é da essência do endosso, segundo se percebe das normas jurídicas vigentes:

- a. () a função de garantia;
- b. () a vinculação do endossante ao título;
- c. () a assinatura do endossante ou de seu mandatário;
- d. () a transferência dos direitos emergentes do título.

12) O aval, à semelhança da fiança, tem função de garantia da obrigação alheia. Contudo, ele (aval) se diferencia da fiança, porque:

- a. () é ilimitado, podendo ser parcial;
- b. () pode ser dado em separado, fora do título;
- c. () é obrigação acessória e autônoma;
- d. () é obrigação autônoma e independente.

13) A operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro, é denominada:

- a. () transformação;
- b. () incorporação;
- c. () fusão;
- d. () cisão.

14) Dos princípios abaixo transcritos, o único que não é caracterizador das tendências do Direito Comercial é o da:

- a. () internacionalidade de suas regras;
- b. () informalismo de suas operações;
- c. () elasticidade de seus princípios;
- d. () gratuidade de suas operações.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

- 15) No processo de falência, surgiram quatro (4) credores: tributário, hipotecário, trabalhista e quirografário. A ordem de preferência para o pagamento é a seguinte:
- a. () trabalhista, hipotecário, tributário, quirografário;
 - b. () trabalhista, quirografário, tributário, hipotecário;
 - c. () trabalhista, tributário, hipotecário, quirografário;
 - d. () trabalhista, hipotecário, quirografário, tributário.

DIREITO PENAL

- 16) Em relação aos **Crimes contra a Liberdade Sexual** é **correto** afirmar que:
- a. () a mulher pode ser autora do crime de estupro;
 - b. () no crime de raptio para fins matrimoniais, é necessário o casamento efetivo do agente com a vítima para operar a redução legal da pena;
 - c. () a expressão “ato obsceno” exige um juízo valorativo cultural ou jurídico do intérprete ou do órgão aplicador do Direito;
 - d. () a corrupção de menores para se caracterizar como crime exige tão somente a cópula;
- 17) **A.**, com o intuito de evadir-se do presídio onde cumpria pena pela prática de homicídio qualificado por motivo torpe, serra as grades de sua cela e sorrateiramente, sem violência alguma, foge da penitenciária local. Em relação aos dados fornecidos pelo problema, assinale a única questão **correta**:
- a. () Crime de dano qualificado - objeto jurídico lesado: Administração Pública.
 - b. () Crime de dano qualificado - objeto material: fuga do preso.
 - c. () Crime de dano qualificado - elemento subjetivo do tipo: fim específico de destruir, inutilizar a cela.
 - d. () Nenhuma das alternativas anteriores.
- 18) Em relação ao **Concurso de Pessoas** é correto afirmar que:
- a. () Partícipe é aquele que pratica a ação descrita pelo verbo típico.
 - b. () Não é hipótese de concurso de pessoas a figura da pessoa que induz outrem à prática de crime.
 - c. () É dispensável a consciência e a vontade de cada pessoa de cooperar na obra comum.
 - d. () Os crimes praticados através da atuação pessoal do sujeito ativo não permitem a figura do autor mediato.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

- 19) **B.** subtraiu do escritório de seu pai a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) forçando e efetivamente abrindo gaveta trancada à chave. Em relação ao comportamento de **B.** pode-se afirmar:
- a. () **B.** praticou o crime de furto simples.
 - b. () **B.** praticou o crime de furto qualificado devido à destruição da gaveta.
 - c. () A conduta de **B.** não é típica.
 - d. () A conduta praticada por **B.** é isenta de pena.

PROCESSO PENAL

- 20) Ofendido menor de 21 e maior de 18 anos, vítima de crime de ação de iniciativa privada. O exercício do direito de queixa cabe:
- a. () somente a seu representante legal, dele ofendido;
 - b. () a ele ofendido, desde que assistido por seu representante legal;
 - c. () independentemente, a ele ofendido ou a seu representante legal;
 - d. () nenhuma das opções anteriores.
- 21) No que diz respeito à interposição do recurso de apelação na justiça penal, assinalar a afirmação **incorreta**:
- a. () Pode, nos juízos criminais comuns, ser interposta sem o uso de petição, por termo nos autos.
 - b. () Nos juízos criminais comuns, as razões podem ser apresentadas posteriormente à interposição, em novo prazo.
 - c. () O apelante poderá declarar, ao interpor a apelação, que deseja arazoar na Superior Instância.
 - d. () O prazo para apelar é de cinco dias, quer nos juizados comuns, quer nos juizados especiais.
- 22) Absolvido o réu do crime por que foi denunciado, e não tendo o Ministério Público apelado no prazo legal, o ofendido, inconformado:
- a. () pode apelar, supletivamente;
 - b. () poderá fazê-lo somente se habilitado nos autos como assistente;
 - c. () poderá fazê-lo somente no caso de crime da competência do Júri;
 - d. () nenhuma das respostas anteriores.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

23) No caso de crime de iniciativa privada, praticado em Belo Horizonte por Antônio da Silva, domiciliado e residente em Ouro Preto. Para a promoção da ação penal:

- a. () o foro competente é somente o do lugar da infração;
- b. () o foro competente é somente o do domicílio ou da residência do querelado;
- c. () a ação penal poderá ser promovida no foro do domicílio ou da residência do réu se desconhecido o lugar da infração;
- d. () o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, ainda que conhecido o lugar da infração.

24) Quanto ao **habeas corpus**, assinalar a alternativa **incorreta**:

- a. () Poderá impetrá-lo o estagiário de Direito, que ainda não se tornou advogado devidamente habilitado.
- b. () Não é necessário que o advogado, impetrante, se apresente com procuração do paciente, ou, se este estiver preso, com procuração de alguém da família.
- c. () É admissível a concessão de liminar, à semelhança do que prevê a lei do mandado de segurança.
- d. () Não cabe em favor do réu, pelo fato de estar sendo ilegalmente processado, se não estiver preso nem concretamente ameaçado de prisão.

25) A constituição de defensor do acusado em processo criminal:

- a. () depende da outorga de mandato por instrumento público;
- b. () depende sempre de procuração, que pode ser outorgada por instrumento particular;
- c. () independe de procuração, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório;
- d. () independe das formalidades de procuração ou de indicação, bastando que o advogado se apresente como defensor.

DIREITO DO TRABALHO

26) O elemento não considerável para a equiparação salarial:

(assinale a alternativa **correta**)

- a. () Identidade de cargo.
- b. () Trabalho da mesma natureza.
- c. () Inexistência de diferença no tempo de serviço do equiparando ao paradigma, superior a 2 (dois) anos.
- d. () Inexistência de quadro de carreira organizado, com acesso por antiguidade e merecimento.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

27) O adicional de transferência de 25% previsto na CLT é devido:

(assinale a alternativa **correta**)

- a. () nas transferências decorrentes da extinção do estabelecimento onde o empregado trabalhava;
- b. () apenas nas transferências provisórias;
- c. () apenas nas transferências definitivas;
- d. () somente nas transferências em que o empregador não custear as despesas do empregado.

28) O “**JUS VARIANDI**” significa que:

(Assinale a alternativa **correta**)

- a. () o empregador tem direito de escolher quais os dias de repouso a serem gozados pelo empregado;
- b. () o empregador pode escolher o momento da dispensa do empregado;
- c. () o empregador pode impor modificações, dentro de certos limites, nas condições de trabalho durante o curso laborativo;
- d. () o empregador pode reduzir os salários dos empregados de acordo com critérios seus.

29) O direito das partes de resilir o contrato de trabalho é meramente potestativo.

Por quê?

- a. () Depende da concordância das partes.
- b. () Não exige qualquer formalidade.
- c. () Realiza-se só pela manifestação de vontade de uma das partes.
- d. () Exige submissão do distrato à autoridade administrativa.

30) O empregado, quanto às férias:

(Assinale a alternativa **correta**)

- a. () pode escolher livremente a época do gozo das mesmas;
- b. () pode transformar em pecúnia 50% do período de gozo;
- c. () tem o direito de acumular serviço prestado a outro empregador, para efeito do gozo da mesma em outra empresa;
- d. () deve requerer, até quinze dias antes do término do período aquisitivo, a transformação de 1/3 em pecúnia.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

PROCESSO DO TRABALHO

31) Da decisão da J.C.J., na execução, cabe:

(assinale a afirmativa **correta**)

- a. () recurso de revista;
- b. () apelação;
- c. () recurso ordinário;
- d. () agravo de petição.

32) O poder normativo da Justiça do Trabalho:

(assinale a alternativa **correta**)

- a. () é exercido por todos os órgãos do Judiciário Trabalhista, sem limitação;
- b. () só pode ser exercido quando o empregado reclama benefícios não previstos em lei;
- c. () deve respeitar as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho;
- d. () pode ser exercido, com as limitações fixadas na própria Constituição, pela Junta de Conciliação e Julgamento.

33) A dispensa do empregado detentor de mandato sindical pode ocorrer:

(assinale a alternativa **correta**)

- a. () sem justa causa, desde que lhe sejam pagos os salários do período garantido pela estabilidade provisória;
- b. () com a autorização do sindicato, desde que devidamente homologada e com o pagamento de todas as reparações pecuniárias;
- c. () desde que fundada em motivo disciplinar, técnico ou financeiro;
- d. () em caso de justa causa, devidamente comprovada, por sentença trabalhista.

34) Dos princípios abaixo, todos são aplicáveis no processo do trabalho, **exceto**:

- a. () Princípio da eventualidade.
- b. () Princípio da conciliação.
- c. () Princípio do duplo grau de jurisdição.
- d. () Princípio da identidade física do Juiz.

35) As decisões interlocutórias, na Justiça do Trabalho, não terminativas, podem ser atacadas, de imediato, pela via de:

- a. () agravo de instrumento;
- b. () recurso ordinário;
- c. () agravo de petição;
- d. () nenhuma das alternativas.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

DIREITO CONSTITUCIONAL

36) Marque a única alternativa **correta**:

- a. () As medidas provisórias são editadas apenas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência; contudo, perdem a sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação.
- b. () As medidas provisórias podem ser editadas quer pelo Presidente da República, quer pelo Presidente do Senado Federal; mas, apenas, em caso de relevância e urgência.
- c. () As medidas provisórias só podem ser editadas pelo Presidente da República, mas, antes de entrarem em vigência, devem ser examinadas e sancionadas pelo Presidente do Senado Federal.
- d. () As medidas provisórias editadas pelo Presidente da República entram em vigor na data de sua publicação, e, caso o Congresso Nacional não as examine no prazo de trinta dias contados de sua publicação, são automaticamente convertidas em lei.

37) Marque a única alternativa **correta**:

- a. () A Constituição Federal pode ser emendada por proposta de iniciativa somente do Presidente da República; contudo, não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio.
- b. () Para a emenda à Constituição Federal ser considerada aprovada, basta a aprovação por apenas uma das casas do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos seus respectivos membros.
- c. () Não pode a Constituição Federal ser emendada por proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, para instituir a pena de morte.
- d. () Quando a proposta de emenda à Constituição é feita por três quintos da totalidade dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, não há limitação material ao poder de reforma constitucional.

38) Marque a única alternativa **correta**:

- a. () Compete privativamente à União Federal legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico.
- b. () O Ministério Público da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, que, dentre outras funções, representa a União Federal, judicial e extrajudicialmente.
- c. () Compete à União instituir impostos sobre a transmissão **causa mortis** e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- d. () A instituição de impostos sobre propriedade territorial rural é de competência da União.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

39) Assinale a afirmativa **correta**:

- a. () A Constituição Federal determina que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.
- b. () A Constituição estabelece que a promoção dos juízes de entrância para entrância deverá fazer-se apenas por antiguidade, sendo obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- c. () A Constituição estabelece que os órgãos do Poder Judiciário são somente os seguintes: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais e Tribunais e Juízes Militares.
- d. () A Constituição confere aos juízes somente duas garantias: a da inamovibilidade e a da irredutibilidade de vencimentos.

40) Assinale a opção **incorreta**, em relação à seguinte afirmação: “ *A Constituição Federal, além de impor obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, exige o respeito às seguintes determinações*”:

- a. () A lei deverá reservar percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- b. () O servidor público civil tem garantido o direito à livre associação sindical, mas, o direito de greve somente poderá ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c. () A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos poderá conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que tenham também caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- d. () A Constituição permite que haja acumulação remunerada de cargos públicos, especificamente de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou de dois cargos privativos de médico, desde que haja compatibilidade de horários.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41) São pessoas jurídicas de direito público interno, **exceto**:

- a. () Território federal.
- b. () Empresa pública.
- c. () Estado-membro.
- d. () Autarquia.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

- 42) Em face de um ato lesivo ao meio ambiente, praticado por uma autoridade pública, o cidadão brasileiro está legitimado para ajuizar:
- a. () Mandado de segurança individual.
 - b. () Mandado de segurança coletivo.
 - c. () Ação popular.
 - d. () Ação civil pública.
- 43) É instrumento de promoção e proteção do patrimônio cultural, **exceto:**
- a. () Registro.
 - b. () Desapropriação por utilidade pública.
 - c. () Tombamento.
 - d. () Desapropriação por interesse social.
- 44) Na realização de uma obra pública do Município, o muro de uma casa particular é destruído pelo uso indevido do maquinário utilizado pelo Poder Público. O proprietário do imóvel, em consequência dos prejuízos, ajuíza ação de indenização contra o Município. Com relação à hipótese, **é incorreto afirmar que:**
- a. () o Município poderá ser condenado, em face da responsabilidade objetiva que se lhe impõe;
 - b. () o Município, uma vez condenado, poderá cobrar o valor da indenização do agente responsável, se este tiver agido com culpa;
 - c. () a comprovação da culpa concorrente do proprietário acarretará a não condenação do Município;
 - d. () o Município, uma vez condenado, poderá cobrar o valor da indenização do agente responsável, se este tiver agido com dolo.
- 45) Em relação ao regime constitucional do servidor público civil e militar:
(assinale a alternativa **incorreta**)
- a. () o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;
 - b. () os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade;
 - c. () é assegurado o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal;
 - d. () a revisão geral da remuneração far-se-á sempre na mesma data.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

DIREITO TRIBUTÁRIO

46) Sobre as imunidades tributárias, **é correto** afirmar que:

- a. () A imunidade dos templos de qualquer culto (CF, art. 150,VI, b) não beneficia as religiões pentecostais e afro-brasileiras, uma vez que o curandeirismo e o charlatanismo são crimes definidos no Código Penal.
- b. () Constituem limitações ao poder de tributar, diferindo dos princípios constitucionais tributários na medida em que estes definem a forma de exercício válido e regular da competência, enquanto aquelas são regras parciais de não competência.
- c. () Em virtude da hierarquia própria da forma federal de Estado, a União pode instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de Estados e Municípios, mas a recíproca não é verdadeira.
- d. () Constitui imunidade tributária a vedação constitucional à cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (CF, art. 150, III, a).

47) Sobre o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.66):

(assinale a alternativa **correta**)

- a. () Trata-se de um código, nos termos do Ato Complementar nº 36/66, razão pela qual apenas pode ser derogado por outro código.
- b. () É uma lei federal que, no respeitante a impostos estaduais, pode ser alterada por lei estadual, em razão da competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, em matéria tributária (CF, art. 24,I).
- c. () É, formalmente, uma lei ordinária federal, uma vez que foi aprovado nesta categoria, apenas podendo ser alterado por outra lei ordinária federal.
- d. () Embora tenha sido aprovado como lei ordinária, é lei complementar no sentido material, por ter sido recepcionado nesta categoria pelas Constituições supervenientes; por esta razão, requer lei complementar para ser modificado.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

48) Ao fato gerador do ICMS, ocorrido em 15.06.88, não se seguiu qualquer pagamento por parte do contribuinte. O crédito foi apurado em fiscalização realizada em 31.05.93 e, à falta de pagamento ou impugnação, inscrito em dívida ativa quarenta dias depois. Em 10.03.97, a Fazenda estadual ajuizou a respectiva ação de execução fiscal. Diante dos fatos, **é correto** afirmar que:

- a. () não há falar em decadência do direito de lançar nem em prescrição da ação executiva, a qual produzirá normalmente os efeitos colimados pela Fazenda Pública;
- b. () a ação não pode prosperar, já que o título executivo (certidão de dívida ativa) foi constituído mais de cinco anos depois da ocorrência do fato gerador;
- c. () não houve decadência do direito de lançar, mas a ação executiva estava prescrita na data em que foi ajuizada, eis que passados mais de cinco anos do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
- d. () o contribuinte pode, em sede de embargos à execução, fazer denúncia espontânea da infração fiscal (CTN, art. 138), livrando-se do pagamento das multas moratórias e de revalidação e submetendo-se apenas ao recolhimento do principal da dívida, monetariamente corrigido.

49) Sobre os princípios constitucionais em matéria de tributação:

(assinale a alternativa **incorreta**)

- a. () Os impostos aduaneiros, o IPI (imposto sobre produtos industrializados) e o IOF (imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários), todos de competência da União, constituem exceções ao princípio da anterioridade das leis tributárias.
- b. () O imposto federal sobre a renda e proventos de qualquer natureza e o imposto estadual sobre transmissão *causa mortis* ou doação de quaisquer bens ou direitos estão expressamente *excepcionados*, pela Constituição Federal, do princípio da irretroatividade das leis tributárias.
- c. () O ICMS estadual, nos termos da Constituição Federal, poderá ou não ser seletivo, ao passo que o IPI federal o será, necessariamente.
- d. () A progressividade do IPTU no tempo é medida extrafiscal vinculada ao descumprimento da função social da propriedade imobiliária urbana, tal como definida no plano diretor, não podendo implementar-se à falta desta lei.

50) Constitui causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a. () A moratória.
- b. () O oferecimento de bens à penhora pelo executado.
- c. () A fiança bancária.
- d. () A citação válida, nos termos do CPC, em ação anulatória de débito fiscal promovida pelo contribuinte, tornando prevento o juízo.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

DIREITO INTERNACIONAL

51) Atendido o quórum mínimo de 07 Estados, a **Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias** ganhou vigência no plano internacional por disposição de seu artigo sexto.

A República Federativa do Brasil, apesar de ter participado das negociações do referido tratado, não cumpriu o prazo de ratificação estabelecido em seu artigo quarto. Entretanto, por se tratar de convenção aberta, o Estado Brasileiro aderiu a este tratado em 1942.

Quanto à vigência desta Convenção no **plano interno brasileiro**, houve polêmica, até que o Supremo Tribunal Federal, através de acórdão de 04 de agosto de 1971, prolatado no Recurso Extraordinário nº 71.154 decidiu:

- a. () que a Convenção, apesar de **introduzida** no Brasil por Decreto Executivo, tem estatura hierárquica de **Lei Complementar**, tendo revogado a legislação anterior divergente;
- b. () que a Convenção, apesar de **introduzida** no Brasil por Decreto Executivo, tem estatura hierárquica de **Lei Ordinária**, tendo revogado a legislação anterior divergente;
- c. () que a Convenção, por ter sido **introduzida** no Brasil por **Decreto Executivo**, não revogou a legislação anterior divergente;
- d. () que a Convenção **não foi introduzida** no Brasil.

52) **É correto afirmar** que o **Protocolo de Marrakesh (Rodada Uruguai do GATT)** e o **Protocolo de Ouro Preto**:

- a. () conferiram **personalidade jurídica de Direito interno** ao **Nafta** e ao **Mercosul**, respectivamente;
- b. () conferiram **personalidade jurídica de Direito das Gentes à OMC** e ao **Mercosul**, respectivamente;
- c. () conferiram **autonomia ao Mercosul** e à **União Européia**, respectivamente;
- d. () conferiram **soberania ao Mercosul** e ao **Pacto Andino**, respectivamente.

53) Quanto ao **Mercosul**, **é correto afirmar**:

- a. () Atualmente, um argentino pode **trabalhar** no Brasil sem nenhuma restrição;
- b. () A Bolívia **aderiu** ao tratado constitutivo do Mercosul em 1996;
- c. () A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai vivenciam hoje uma **União Aduaneira Perfeita**;
- d. () O método de **solução de controvérsias** atual foi instituído pelo **Protocolo de Brasília**.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

54) A **empresa francesa** Elf S.A. e o **brasileiro** José Maria Lopes da Silva estão vivenciando uma controvérsia que versa sobre **imóvel situado em Belo Horizonte - MG - Brasil**:

Neste contexto, a empresa francesa recorreu ao **Poder Judiciário Francês**, que promoveu a regular citação do Sr. José Maria Lopes da Silva, através de Carta Rogatória. A sentença que pôs fim ao processo foi favorável à empresa francesa.

Submetida ao **procedimento de homologação da sentença francesa no Brasil**, **é correto afirmar**:

- a. () dar-se-á perante o STJ - Superior Tribunal de Justiça - que não deverá homologar a Sentença Francesa;
- b. () dar-se-á perante que o STJ - Supremo Tribunal de Justiça - que deverá homologar a Sentença Francesa;
- c. () dar-se-á perante o STF - Supremo Tribunal Federal - que não deverá homologar a Sentença Francesa;
- d. () dar-se-á perante o STF - Supremo Tribunal Federal - que deverá homologar a Sentença Francesa.

55) Quanto à **Lex Mercatoria**, **é correto afirmar**:

- a. () está integralmente consubstanciada na **legislação comercial Brasileira**;
- b. () está integralmente consubstanciada na **legislação aduaneira do Mercosul**;
- c. () decorre de **práticas comerciais e orientações** de diversos organismos **sem poder supranacional**;
- d. () decorre de regras obrigatórias impostas por organismos **com poder supranacional**.

ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

56) O advogado **A.J.S.** foi nomeado, hoje, pelo Prefeito Municipal de sua cidade, para exercer o cargo e função de Procurador Geral do Município. Em relação à hipótese é **correto afirmar** que o nomeado:

- a. () poderá advogar normalmente, exceto contra o Poder Público;
- b. () poderá advogar normalmente, inclusive contra o Poder Público, exceto contra a Prefeitura que o remunera;
- c. () ficará incompatibilizado para o exercício profissional da advocacia;
- d. () Somente poderá advogar de maneira vinculada à função exercida, durante o período da investidura.

57) São atividades privativas de advocacia, **exceto**:

- a. () Consultoria, assessoria e direção jurídica.
- b. () Impetração de “habeas corpus” em qualquer instância ou tribunal.
- c. () Sustentação oral de razões de recurso em tribunal.
- d. () Redação e assinatura de razões recursais dirigidas aos tribunais.

EXAME DE ORDEM
1ª ETAPA – MARÇO / 1997

58) Formado normalmente na Faculdade de Direito, o advogado **P.A.A.** ocupava na administração pública cargo que o tornava incompatível com o exercício profissional. Ao se inscrever na Ordem, falseou o fato, razão pela qual sua inscrição foi deferida. Algum tempo depois, a OAB toma conhecimento da falsa prova e faz instaurar processo disciplinar. **Qual a sanção disciplinar cabível ?**

- a. () Censura.
- b. () Censura cumulada com suspensão de até um ano.
- c. () Exclusão, desde que apoiada por 2/3 (dois terços) do Conselho.
- d. () Multa, correspondente ao décuplo da anuidade, cumulada com suspensão de até um ano.

59) É dever do advogado:

- a. () Entender-se diretamente com a parte adversa que tenha advogado, independentemente do assentimento deste.
- b. () Aconselhar o cliente a ingressar em aventura judicial, por que daí poderia resultar algum benefício econômico.
- c. () Atuar com decoro e boa fé e falsear a verdade quando for de interesse de seu cliente.
- d. () Estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo sempre que possível a instauração de litígios.

60) A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades, **exceto:**

- a. () Chefe do Poder Executivo e membro da mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais.
- b. () Militares, de qualquer natureza, na ativa.
- c. () Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.
- d. () Os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, sem cargo ou função na Mesa Diretora.